

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO



VERSÃO 1 - NOV. 2022

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas

Subsecretaria de Articulação Educacional

Gustavo Lopes Pedroso

Assessoria Central de Inspeção Escolar

Paulo Leandro de Carvalho

Coordenação de Autorização Escolar

Marco Antônio Rezende

Grupo de Trabalho de assessoramento técnico (Res. SEE nº 4.732/2022)

Paula Adriana Roberta Cardoso Pedra

Rosilene da Costa Alves

Sheila Valadares Ribeiro



APRESENTAÇÃO	5
1 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI	8
1.1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI	8
1.2 - ORIENTAÇÃO GERAL	8
1.3 - PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA A ELABORAÇÃO DO PDI	9
2 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	18
2.1 - Objetivos da autoavaliação institucional	18
2.2 - Requisitos da autoavaliação	18
2.3 - Dinâmica de desenvolvimento	19
2.4 - Periodicidade	19
3 - Etapas da Autoavaliação	19
3.1 - Primeira etapa: preparação	20
3.1.1 - Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	20
3.1.2 - Sensibilização	20
3.1.3 - Planejamento	21
3.2 - Segunda etapa: desenvolvimento	21
3.3 - Terceira etapa: Consolidação	22
3.3.1 - Relatório	22
3.3.2- Divulgação	22
3.3.3 - Resultados	22
4 - ELEMENTOS DO PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
4.1 - Identificação da Instituição	23
4.2 - Introdução	23
4.3 - Concepção de Autoavaliação da Instituição	24
4.4 - Objetivos da Autoavaliação Institucional	24
4.5 - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	24
4.6 - Ações de sensibilização	25
4.7 - Planejamento	25
4.7.1 - Metodologia	25
4.7.2- Delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola	25
4.8 - Desenvolvimento - Cronograma	28
4.9 - Conclusão	29
5 - Relatório Resultado da Autoavaliação Institucional (Anual)	30
6 - Divulgação	31
7 - Análise de Resultados	31
8 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (SUGESTÃO)	32
8.1. Introdução	32
8.2- Metodologia	33
8.3 - Desenvolvimento	33

8.4 - Análise dos dados e das informações	35
8.5 - Ações com base na análise	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

APRESENTAÇÃO

A partir da publicação da Resolução CEE nº 486, de 21 de janeiro de 2022, que fixa normas para credenciamento e reconhecimento de entidades mantenedoras e para autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de níveis, etapas, cursos e modalidades da Educação Básica, no âmbito do Sistema de Ensino de Minas Gerais, a apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) passaram a ser partes integrantes dos processos supramencionados.

Tendo em vista se tratarem de novos instrumentos de Gestão, a serem adotados pelas instituições educacionais do sistema de ensino de Minas Gerais e, considerando a atribuição da Assessoria de Inspeção Escolar, prevista no artigo 50 do Decreto 47.758/2019, de padronizar diretrizes, orientações normativas e legais para garantir o fluxo correto e regular de informações entre as escolas, os órgãos regionais e o Órgão Central da SEE, apresentamos diretrizes para a construção destes documentos.

Inicialmente cumpre destacar que o PDI, conforme previsto no art. 116 da Resolução CEE nº 486/22, constitui-se documento que detalha o processo de planejamento estratégico desenvolvido pela instituição educacional para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Neste sentido, a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem e, portanto, este deve ser o principal objetivo das instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas.

Em tal cenário se enquadra o planejamento estratégico, que se materializa por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante instrumento de gestão para auxiliar as escolas de Educação Básica no desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações. O planejamento estratégico corresponde a ações positivas que a instituição poderá realizar para enfrentar ameaças e aproveitar

oportunidades presentes no ambiente e que vão contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a instituição educacional no que diz respeito ao seu perfil institucional, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades escolares que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Decorrente disso, a Autoavaliação Institucional a ser realizada, anualmente, para rever o conjunto de objetivos e de metas a ser concretizado, é um mecanismo coletivo de verificação contínua das condições estruturais e de funcionamento da instituição para o aperfeiçoamento da qualidade de ensino oferecido por ela. A Autoavaliação será operacionalizada pela instituição educacional, a partir do que foi definido no seu Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) com a participação dos segmentos da escola, de forma contínua, devendo abranger todas as dimensões contidas no PDI.

Dessa forma, este documento orientador é um ponto de partida para subsidiar a elaboração desses dois instrumentos de gestão pelas unidades educacionais da Educação Básica de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, referência para o processo de avaliação pelos órgãos de supervisão.

Paulo Leandro de Carvalho
Assessor Central de Inspeção Escolar

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI



1 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

Construído coletivamente, com a democrática participação da comunidade escolar, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constitui-se documento que detalha o processo de planejamento estratégico desenvolvido pela instituição educacional, o eixo balizador que objetiva impulsionar a instituição no cumprimento de suas metas, para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. O PDI norteia todas as ações pedagógicas e administrativas da instituição, pautado em conceitos de sustentabilidade, de inclusão, de cidadania, de práticas saudáveis de gestão e de aperfeiçoamento educacional, sempre na perspectiva do pleno exercício da sua missão.

1.1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI

O PDI, elaborado para um período de 5 (cinco anos), deverá ser apresentado pela instituição, quando do processo de credenciamento e credenciamento. Para o ano de 2023, todas entidades mantenedoras de instituições de Educação Básica, já credenciadas, deverão elaborar seu PDI, com duração correspondente até o próximo ato de credenciamento, para subsidiar a produção do relatório de autoavaliação institucional (inciso IV, do art. 68 da Res. CEE nº 486/22) .

É importante que as instituições educacionais considerem como princípios a clareza e a objetividade do texto, contendo dados claros e informações relevantes, bem como a coerência, de forma a expressar a adequação entre todos os seus elementos, e que a proposta seja factível, de forma a demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral, a fim de que não se torne apenas um documento a ser engavetado, mas permita identificar e monitorar o cumprimento das metas institucionais estabelecidas.

1.2 - ORIENTAÇÃO GERAL

Para melhor compreensão das diretrizes propostas, faz-se necessário esclarecer alguns pressupostos básicos, a saber:

- A construção do PDI deverá se fazer de forma livre, para que a Instituição exerça sua criatividade e liberdade no processo de sua elaboração. Entretanto, as dimensões previstas no artigo 116 da Resolução CEE nº 486/22 e constantes das Instruções a seguir, deverão estar presentes, pois serão tomados como

referenciais das análises subsequentes, que se realizarão por ocasião do processo autorizativo.

- Devem integrar os anexos ao PDI, os seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico da Instituição, planos de cursos no caso de cursos técnicos, Projeto de Autoavaliação Institucional e outros documentos relevantes e complementares ao PDI, que a instituição entenda que devam fazer parte do mesmo.
- Sugere-se que a construção deste documento, além da equipe gestora, seja compartilhada com os demais agentes educacionais da instituição, indicando a equipe responsável por sua elaboração, para que, de fato, seja um planejamento que atenda às reais necessidades.
- Durante a elaboração, além do estudo da legislação vigente que fundamenta os processos de autorização de funcionamento no sistema de ensino de Minas Gerais e demais legislações educacionais, é importante a realização de um processo de levantamento das demandas internas e externas à instituição, como também definição clara dos objetivos a que se propõem enquanto instituição de ensino.
- Partindo dos resultados desse levantamento e reflexão, passa-se para o planejamento estratégico propriamente dito, para o atendimento às necessidades, estabelecendo os planos e as ações necessárias para o alcance dos objetivos esperados. Nesse momento devem ser priorizadas as necessidades, bem como traçadas as metas e ações para cada uma delas, contemplando aspectos relacionados a recursos humanos, recursos orçamentários, infraestrutura física e outros aspectos que se julgarem necessários para abarcar as especificidades da instituição educacional e as demandas da legislação. Como resultado dessa etapa, espera-se um documento consolidado em que constem todos esses pontos.
- Importante destacar que o PDI não é apenas um documento necessário para o processo de credenciamento da entidade mantenedora e que depois será engavetado. Trata-se de um importante instrumento de gestão para as instituições de ensino e parte indispensável para o processo de avaliação da instituição pelos órgãos de supervisão do sistema de ensino. Além de ser o subsídio para o processo de autoavaliação institucional, conforme previsto na Resolução CEE nº 486/22.

1.3 - PROPOSTA DE ESTRUTURA PARA A ELABORAÇÃO DO PDI

Propõe-se, neste tópico, uma estrutura para a elaboração do PDI, para que seja submetido à SRE/SEE e CEE, quando do processo de credenciamento/recredenciamento, contendo os elementos textuais básicos previstos no artigo 116 da Resolução CEE nº 486/22. Por se tratar de uma sugestão, aqui aparecem apenas os elementos mínimos que devem estar presentes no documento final. A instituição

educacional pode adequar seu modelo, incluindo capítulos e temas que se mostrem relevantes para seu contexto.

Neste sentido, com o objetivo de apoiar as Instituições no trabalho de elaboração do PDI, apresentamos um formulário contendo as dimensões que serão analisadas pela SRE/SEE e CEE, com as devidas descrições.

Elementos do PDI	Itens que devem constar e breve descrição
Capa	<ul style="list-style-type: none"> → Na capa devem constar: o nome da instituição; o título do documento (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o período de vigência. → Logotipo cidade/estado, data de aprovação.
Folha de rosto	<ul style="list-style-type: none"> → Ficha técnica com nomes dos gestores da instituição e membros da equipe técnica que elaborou o PDI.
Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> → Deve constar a finalidade do documento, descrição de como se deu a sua construção, os objetivos do PDI, breve descrição do conteúdo tratado e período de vigência. Além disso, é preciso descrever o período de revisão do PDI.
Sumário	<ul style="list-style-type: none"> → Sumário contendo os títulos dos capítulos/ seções e as respectivas páginas.
DIMENSÃO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	
Filosofia	Descrição dos princípios que norteiam o trabalho da instituição, que pode ser baseada na legislação pertinente e no PPP/Regimento da própria instituição.
Missão	Descrição da missão (define o propósito da instituição).
Visão	Descrição de onde a instituição quer estar no futuro, o que pretende ser.
Objetivos	Descrição dos objetivos da instituição para alcançar a qualidade da educação.
Área de atuação	Descrição das etapas e modalidades de ensino ofertadas pela instituição.
DIMENSÃO 2 - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
A ser elaborado nos termos do artigo 122 da Resolução CEE nº 486/22. (Documento anexo ao PDI). Documento que expressa a autonomia e identidade da instituição educacional e manifestação de seu ideal de educação, o que permite uma nova e	

democrática ordenação pedagógica das relações escolares. Refere-se à organização do trabalho pedagógico.

DIMENSÃO 3 - PLANO DE METAS E CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Descrição das metas gerais da instituição (a partir dos objetivos que foram definidos), para desenvolver a instituição.
- Cronograma de desenvolvimento da instituição no período de vigência do plano e de cada um dos seus cursos, das suas etapas e/ou das suas modalidades de curso.
- Nesse momento a instituição deverá apresentar dados sobre o número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos/turmas. Complementarmente, deve informar a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI.

DIMENSÃO 4 - PLANOS DE CURSO (Instituições que ofertam Educação Profissional)

Planos de curso coerentes com o respectivo projeto político pedagógico, quando a instituição educacional ofertar a Educação Profissional.(Documento anexo ao PDI). Observar o Art. 40 da Resolução CEE nº 484/2022.

DIMENSÃO 5 - PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

A instituição convive com muitos desafios na definição de serviços de infraestrutura que precisam ser sustentáveis, considerando todos os aspectos: financeiros, ambientais e sociais. Por isso é preciso repensar alguns elementos e seu uso sustentável na escola, como:

- promover o consumo consciente, considerando todos os aspectos: financeiros, ambientais e sociais (como o fornecimento da energia elétrica);
- desenvolver uma política de redução da produção e destinação dos resíduos sólidos de modo sustentável; (coleta seletiva na escola);
- elaborar uma política de gestão ambiental;
- Desenvolver habilidades socioemocionais;

A Escola deve possibilitar aos indivíduos se tornarem atores responsáveis que resolvem desafios, respeitam a diversidade cultural e contribuem para a criação de um mundo mais sustentável.

DIMENSÃO 6 - COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO

<p>Formas de comunicação interna e externa e de integração com a comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Explicitar os meios de comunicação utilizados pela instituição para atingir a comunidade interna e a sociedade em geral. → Detalhar, ainda, quais as ações serão desenvolvidas para promover a integração dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, dos agentes da comunidade interessados na educação, bem como parcerias com outros órgãos, se houver.
--	--

DIMENSÃO 7 - GESTÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR NOS PROCESSOS DE DECISÃO

Neste tópico, deve-se descrever a estrutura organizacional da instituição, evidenciando os cargos e responsabilidades, bem como as competências atribuídas a cada instância e descrever as competências e composição dos órgãos colegiados e de representação estudantil.

Conforme previsto na Resolução CNE nº 04, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, é obrigatória a gestão democrática no ensino público e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino, o que implica decisões coletivas que pressupõem a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação. No exercício da gestão democrática, a escola deve se empenhar para constituir-se em espaço das diferenças e da pluralidade, inscrita na diversidade do processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, cuja meta é a de se fundamentar em princípio educativo emancipador, expresso na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Sugere-se que seja elaborado um texto corrido, descrevendo as características de cada um dos elementos que devem estar presentes nessa seção. Pode-se utilizar como referência o regimento escolar da instituição, de modo que as informações estejam alinhadas e não haja grande dispêndio de tempo com esse tópico.

DIMENSÃO 8 - POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

<p>Perfil docente</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Perfil atual do corpo docente (formação e experiência profissional), condições institucionais do trabalho dos profissionais, políticas de desenvolvimento e acompanhamento do trabalho docente. → Mecanismo de recrutamento, de seleção e de contratação de pessoal, no caso das instituições privadas; → Observar o disposto na Resolução CEE 488/2022.
<p>Perfil do corpo administrativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Perfil atual do corpo administrativo (formação e experiência profissional), condições institucionais do trabalho dos profissionais, políticas de desenvolvimento e acompanhamento do trabalho administrativo..

	<ul style="list-style-type: none"> → Mecanismo de recrutamento, de seleção e de contratação de pessoal, no caso das instituições privadas; → Observar o disposto na Resolução CEE 488/2022.
DIMENSÃO 9 - INFRA-ESTRUTURA	
<p>Descrição da infraestrutura física, considerando as especificidades de cada curso, de cada nível, de cada etapa e de cada modalidade, estabelecidas em legislação específica e, especialmente, detalhar a caracterização dos seguintes espaços e serviços oferecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> → instalações gerais; → instalações pedagógico-administrativas; → salas de aula; → laboratórios; → recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet; → biblioteca, incluindo estrutura física e tecnológica, pessoal, acervo, política de funcionamento e políticas de aquisição, de expansão, de atualização e de manutenção do acervo; → políticas de aquisição, de expansão, de atualização e de manutenção dos equipamentos, dos softwares e dos recursos audiovisuais; → adequação da infra-estrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais; → cronograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência do PDI. 	
DIMENSÃO 10 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	
<p>Programas de apoio à inserção escolar, ao desenvolvimento escolar, à oportunidade de recuperação de estudos</p>	<ul style="list-style-type: none"> → A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. → Neste item, a instituição deverá descrever as ações para apoiar a inclusão e permanência dos seus estudantes, bem como as estratégias para recuperação de estudos, considerando a oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado à recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de estudantes com déficit de rendimento escolar, a ser previsto no regimento escolar.
<p>Mecanismos de estímulo ao acesso e à permanência dos estudantes com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento e</p>	<ul style="list-style-type: none"> → As instituições devem garantir o pleno acesso e efetiva participação dos estudantes, público alvo da educação especial, no ensino regular. → Neste item, portanto, devem descrever as estratégias para acesso desses estudantes e para identificação e elaboração de recursos pedagógicos, produção e organização de

com altas habilidades/superdotação	serviços de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos.
Eventos escolares, culturais, técnicos e/ou artísticos institucionalizados	<p>→ Cabe à instituição a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas.</p> <p>→ Neste item devem descrever os eventos escolares, culturais, técnicos e/ou artísticos institucionalizados.</p>
Programa de bolsas de estudos, no caso da rede privada de ensino	→ Descrição de todos os programas de apoio financeiro voltados para o atendimento aos estudantes, evidenciando dados quantitativos.
Apoio à organização dos estudos	→ Prever as ações para apoio à organização de estudos promovendo a garantia do acompanhamento da vida escolar dos estudantes, desde o diagnóstico preliminar e acompanhamento do desempenho, de modo a estimular a capacidade de aprender do estudante, desenvolvendo sua autonomia.
Políticas de proteção à criança e ao adolescente e de enfrentamento ao bullying e ao cyberbullying	<p>→ Cabe às instituições educacionais, nos termos do inciso IX, do artigo 12 da LDB "promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas".</p> <p>→ Portanto, neste item, deverá descrever as ações a serem adotadas para cumprir esta exigência.</p>
DIMENSÃO 11 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	
Plano de sustentabilidade financeira	Descrever o plano de sustentabilidade financeira para o período de vigência do PDI que considere os investimentos necessários e o custeio das atividades propostas.
<p>CONCLUSÃO: Um capítulo de Conclusão deve ser elaborado, explicitando a importância do PDI para o alcance dos objetivos da instituição.</p>	
ANEXOS	

<p>Projeto Político Pedagógico</p>	<ul style="list-style-type: none"> → O PPP deverá ser construído conforme artigo 122 da Resolução CEE nº 486/22. → Embora integrando o PDI, o PPP deverá constituir arquivo específico, como parte das peças do processo de autorização.
<p>Regimento Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> → O Regimento Escolar é o documento que estrutura, define, regula e normatiza as ações da Instituição de Ensino. A construção deve ser coletiva, ou seja, com a participação de toda a comunidade escolar e em consonância com o Projeto Político Pedagógico e tudo o que ocorre na prática deve ser regulamentado nele. → Deverá ser construído conforme artigo 126 a 130 da Resolução CEE nº 486/22.
<p>Plano de Cursos Técnicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> → O Plano de Curso, caso a instituição ofereça Cursos Técnicos, deverá seguir rigorosamente, sequencialmente e com os mesmos títulos citados nos Artigos 40 e 41 e seus incisos, da Resolução nº484/2021. → Embora integrando o PDI, o Plano de Curso deverá constituir arquivo específico, como parte das peças do processo de autorização.
<p>Projeto de Autoavaliação Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> → A ser elaborado nos termos do artigo Art. 117 a 120 da Resolução CEE nº 486/22. → Planejamento das ações para avaliação e acompanhamento das atividades administrativas e pedagógicas da instituição (descrever a metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo); → Formas de participação da comunidade escolar, técnica e administrativa, incluindo a Comissão de Avaliação; → Formas de utilização dos resultados das avaliações; → Devem constar informações sobre a periodicidade das revisões que ocorrerão durante o período de vigência do PDI, estipulando os responsáveis por essas ações e os motivos que podem causar atualizações no documento. Isso porque é indispensável, para o bom andamento da implementação das estratégias traçadas, que haja um processo estruturado de controle. → Os resultados da Autoavaliação Institucional serão consolidados em relatórios anuais, que orientarão o planejamento institucional e serão acompanhados na sistemática de avaliação realizada pelo Sistema; → Os resultados da Autoavaliação Institucional poderão conduzir à necessidade de reformulação do PDI, a ser

	recomendado nas ações de avaliação pelo Sistema. (Documento anexo ao PDI)
Outros documentos relevantes e complementares ao PDI, que a instituição entenda que devam fazer parte do mesmo.	

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



2 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Inicialmente, é importante esclarecer que a autoavaliação institucional, enquanto prática da instituição de ensino de Educação Básica, já estava prevista desde 2010 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE nº 04/2010), devendo ser realizada anualmente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

A avaliação interna ou autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. É, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição.

2.1 - Objetivos da autoavaliação institucional

Nos termos da da Resolução CEE nº 486/22, a Autoavaliação Institucional tem por finalidades:

- I. promover, de forma sistemática e permanente, a avaliação da instituição educacional como um instrumento da melhoria da qualidade educativa;
- II. desenvolver o autoconhecimento institucional;
- III. corrigir rotas e aperfeiçoar as ações institucionais;
- IV. articular a participação da comunidade escolar;
- V. garantir o desenvolvimento sustentável da instituição educacional.

2.2 - Requisitos da autoavaliação

A autoavaliação institucional é um mecanismo de verificação contínua das condições estruturais e de funcionamento da instituição, para o aperfeiçoamento da qualidade de ensino oferecido por ela e a melhoria de produtividade. A avaliação deve abranger todas as dimensões do PDI, verificando as metas e objetivos que foram alcançados ou não e de outros aspectos considerados relevantes pela comunidade escolar.

2.3 - Dinâmica de desenvolvimento

A autoavaliação institucional será desenvolvida de forma contínua e sua operacionalização será sistematizada por meio do Projeto de Autoavaliação Institucional, que deverá ser elaborado pela instituição, considerando as especificidades e abrangendo as dimensões do PDI e outros aspectos considerados. Além disso, esse instrumento integra o conjunto de peças documentais a serem apresentadas quando do processo de credenciamento e reconhecimento.

As atividades de avaliação serão realizadas de modo a contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões do PDI, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades da instituição de educação básica.

São várias as ferramentas que podem ser utilizadas para a realização da autoavaliação institucional, coordenadas pela CPA de cada instituição. Entre os diferentes mecanismos para realizar tal ação, se encontram: seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas, debates, palestras, entrevistas, preenchimento de questionários avaliativos presencialmente ou on-line, grupos focais, fórum de discussão on-line, sistematização de demandas, idéias e sugestões, entre outros que viabilizem a troca de informações entre a comunidade escolar e os participantes da elaboração da avaliação interna.

2.4 - Periodicidade

Deve ser realizada anualmente, em período a ser estabelecido em seu Projeto.

3 - Etapas da Autoavaliação

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



3.1 - Primeira etapa: preparação

3.1.1 - Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Para realização do processo de autoavaliação, deverá ser constituída a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no âmbito de cada instituição de educação básica, que terá por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas, quando dos processos regulatórios e avaliativos pelas Superintendências Regionais de Ensino.

As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados que porventura existam na instituição educacional. A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação no Projeto de Autoavaliação Institucional, a ser aprovado pela entidade mantenedora ou órgão colegiado de cada instituição de educação básica, observando-se as seguintes diretrizes:

- participação de todos os segmentos da comunidade escolar (professores, estudantes, administrativo e pais/responsáveis), ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
- ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.
- uso efetivo dos resultados

3.1.2 - Sensibilização

No processo de auto-avaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade

escolar na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. Cabe ressaltar que a sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo: sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou técnico-administrativo.

3.1.3 - Planejamento

A elaboração do projeto de avaliação compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. É importante que o calendário contemple os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários, etc.). O planejamento, discutido com a comunidade escolar, deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores, tais como: auto-avaliação, avaliação externa, avaliação dos docentes pelos estudantes, avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo, entre outros.

3.2 - Segunda etapa: desenvolvimento

No desenvolvimento da autoavaliação, é fundamental assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas, como, por exemplo, as listadas a seguir:

- a. realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- b. sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- c. realização de seminários internos para: apresentação da proposta do processo de avaliação interna da instituição, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
- d. definição da composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade escolar (avaliação diagnóstica, avaliação de desempenho dos docentes; estudo de evasão e repetência, etc);
- e. construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- f. definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- g. definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- h. definição de formato de relatório de auto-avaliação;
- i. definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- j. elaboração de relatórios parciais emitidos pelos grupos de trabalho;
- k. organização e discussão dos resultados com a comunidade escolar e publicação das experiências.

3.3 - Terceira etapa: Consolidação

Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

3.3.1 - Relatório

O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho dos estudantes. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, é desejável que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

3.3.2- Divulgação

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

3.3.3 - Resultados

Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando à sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Os resultados da Autoavaliação Institucional serão consolidados em relatórios anuais, que orientarão o planejamento institucional e serão acompanhados na sistemática de avaliação realizada pelo Sistema, bem como, se constituirão como peça documental necessária no processo de credenciamento.

Os resultados da Autoavaliação Institucional poderão conduzir à necessidade de reformulação do PDI, a ser recomendado nas ações de avaliação pelo Sistema.

4 - ELEMENTOS DO PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1 - Identificação da Instituição

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Nome do estabelecimento:	
Código INEP	
Nível de Ensino	
Endereço	
Município	
Entidade Mantenedora	
Endereço	
Município	
Rede	
Período de Referência	

4.2 - Introdução

Descrever em linhas gerais o teor do documento e da ação de autoavaliação.

Ex.:

A _____ (nome da Instituição) concebe a autoavaliação como uma poderosa oportunidade para promover a melhoria contínua da educação oferecida na instituição, por meio da coleta e análise de dados, da produção de relatórios e da sugestão de ações corretivas. Como ação permanente de análise e observação da realidade institucional, o Projeto de Avaliação Institucional é um processo de pesquisa e

de comunicação que visa proporcionar uma reflexão contínua e revisar permanentemente a atuação da instituição, tendo em vista o alcance de sua missão, de seus objetivos e o aprimoramento de sua qualidade.

O processo avaliativo também tem valorizado a participação da comunidade escolar, prevalecendo-se a natureza democrática e participativa, buscando assegurar um caráter de envolvimento, confiabilidade e transparência das metas e objetivos.

4.3 - Concepção de Autoavaliação da Instituição

Descrição de como a instituição entende o processo de autoavaliação.

4.4 - Objetivos da Autoavaliação Institucional

Descrição das finalidades da autoavaliação.

4.5 - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Descrição quanto à quantidade de membros, duração de mandato, dinâmica de funcionamento e atribuições.

Nome (indicar com *, o nome do coordenador da CPA)	Segmento que representa (docente, discente, técnico-administrativo, comunidade)

Período do mandato: _____

Data da ata de designação: _____

4.6 - Ações de sensibilização

Descrever como se dará o envolvimento da comunidade escolar na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros e apresentar cronograma

4.7 - Planejamento

4.7.1 - Metodologia

Descrição de como se dará o processo de autoavaliação institucional, periodicidade, quais os instrumentos serão utilizados para coletar os dados e o processo de análise.

Descrever, ainda, como serão divulgados os resultados obtidos e como serão utilizados para atingir as finalidades da autoavaliação.

Estratégias de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas.

4.7.2- Delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola

Descrever quais os itens serão avaliados considerando cada uma das dimensões previstas no PDI e os instrumentos que serão utilizados para coletar os dados.

Considerando o disposto no § único do Art.119 da Resolução CEE nº 486/2022, a instituição deverá contemplar na operacionalização da autoavaliação institucional todas as dimensões do PDI, estabelecidas no Art. 116 da referida resolução.

Sugere-se a utilização de um quadro-tabela. Exemplo:

Dimensão Projeto Político Pedagógico						
Itens	Questões direcionadoras	Nível de atendimento				
		1	2	3	4	5
Avaliação do projeto pedagógico	A escola realiza, pelo menos uma vez por ano, práticas de avaliação coletiva e socialização dos objetivos e metas alcançados pelo projeto pedagógico, evidenciando melhorias realizadas e fragilidades desde a última avaliação desse projeto?					

Fluxo e rendimento escolar	A escola registra, analisa e socializa, anualmente, as taxas de aprovação, reprovação, evasão e distorção série-idade, identificando necessidades e implementando ações de melhoria?					
Frequência escolar	A escola adota medidas de acompanhamento e controle da frequência dos alunos (semanal, quinzenal, mensal) e ações para assegurar a sua permanência, com sucesso?					
Metas de melhoria do desempenho escolar	A escola identifica necessidades e propõe metas de melhoria do seu desempenho, a partir dos resultados obtidos nas avaliações internas e/ou externas?					
Uso dos resultados de desempenho escolar	A escola analisa e compara os resultados de seu desempenho (IDEB, Prova Brasil/SAEB etc) com os resultados das avaliações nacionais, estaduais e/ou municipais?					
Transparência e divulgação dos dados	A escola divulga, bimestralmente, aos pais e à comunidade, os resultados de aprendizagem dos alunos e as ações educacionais implementadas para a melhoria do ensino?					
Dimensão gestão institucional e participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos de decisão						
Itens	Questões direcionadoras	1	2	3	4	5
Visão compartilhada do Projeto pedagógico	O projeto pedagógico é reformulado e avaliado, anualmente, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, oportunizando uma visão compartilhada dos valores, objetivos, metas e ações orientadoras da educação oferecida pela escola?					
Avaliação participativa	Os vários segmentos escolares acompanham e avaliam, de maneira participativa e sistemática, os planos de ação e as práticas pedagógicas, propondo formas de melhorar e divulgar as realizações da escola, com vistas a dar transparência à gestão?					

Atuação dos órgãos colegiados e de representação estudantil.	Os órgãos representativos são atuantes e expressam comprometimento, iniciativa e efetiva participação da comunidade escolar na gestão da escola, contribuindo para que todos os segmentos sejam satisfatoriamente informados a respeito das decisões da escola?					
DIMENSÃO - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES						
Itens	Questões direcionadoras	1	2	3	4	5
Planejamento da prática pedagógica	As práticas de planejamento das aulas dos professores são realizadas de forma sistemática e coletiva, em consonância com a proposta curricular da escola, às necessidades individuais dos alunos, a legislação educacional e os diferentes espaços e tempos escolares?					
Monitoramento da aprendizagem	A escola analisa os resultados de aprendizagem (avanços alcançados e dificuldades enfrentadas pelos alunos) e desenvolve ações pedagógicas visando à melhoria contínua do rendimento escolar?					
Inovação pedagógica	A escola desenvolve práticas pedagógicas inovadoras para atender diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, por meio de abordagens curriculares diversificadas, com a utilização adequada de recursos didáticos e tecnologias educacionais?					
Inclusão com equidade	São realizadas práticas pedagógicas inclusivas que traduzam o respeito e o atendimento equitativo a todos os alunos – independentemente de origem sócio-econômica, gênero, etnia e necessidades especiais?					
<p>Legenda do nível de atendimento</p> <p>1- Insuficiente = Não atende minimamente as exigências</p> <p>2 -Regular = Atende minimamente as exigências</p> <p>3- Bom = Atende satisfatoriamente às exigências</p> <p>4-Ótimo = Atende plenamente às exigências</p> <p>5-Excelente = Enriquece as exigências</p>						

Inserir os modelos de documentos que serão utilizados para coleta dos dados.

Neste item foram apresentados, alguns tópicos como sugestão, que permitem a operacionalização da avaliação dessas dimensões. De modo especial, as dimensões que envolvem questões financeiras devem ser analisadas de acordo com a natureza jurídica da instituição (pública ou privada) e a sua organização administrativa. Neste sentido, é importante estabelecer a relação necessária com os seus mantenedores, no caso de instituições privadas, e com o órgão público responsável, no caso das públicas.

4.8 - Desenvolvimento - Cronograma

Descrever as ações a serem realizadas nas seguintes etapas da Autoavaliação (Preparação, Desenvolvimento e Consolidação) e os seus prazos de realização.

ETAPAS DE AUTO-AVALIAÇÃO	2023										
	Fe v	Ma r	Ab r	Mai	Ju n	Jul	Ag o	Set	Out	No v	Dez
PREPARAÇÃO											
Constituição da CPA											
Sensibilização											
Planejamento (elaboração do Projeto de Avaliação)											
DESENVOLVIMENTO											
Realizar reuniões e debates de sensibilização											
Formação dos grupos de trabalho											
Elaboração dos instrumentos para coleta de dados											
Definição da metodologia e análise dos dados											
Definição de reuniões											

sistemáticas de trabalho											
Construção e aplicação dos instrumentos para coletas de dados											
Análise dos dados											
Consolidação dos dados											
Elaboração de relatórios parciais emitidos pelo Grupos de Trabalho											
Organização e discussão dos resultados com a comunidade escolar e publicação das experiências											
CONSOLIDAÇÃO											
Elaboração do Relatório Anual											
Apresentação do relatório anual (divulgação)											
Análise dos resultados											

4.9 - Conclusão

Descrever a importância da realização da autoavaliação para a instituição.

A(O) _____ (nome da escola) percebe a autoavaliação institucional como um processo contínuo e coletivo para verificar como as ações pedagógicas e administrativas convergem para o alcance da missão, das metas e objetivos propostos pela instituição, através de diagnósticos, análise, consolidação de dados, e elaboração de relatório anual que subsidia o aperfeiçoamento dos processos e melhoria da qualidade do ensino oferecido pela instituição.

A Avaliação Institucional na escola é concebida como ferramenta de gestão, que dá suporte ao processo decisório, subsidia a definição ou realinhamento das metas no

planejamento institucional e a revisão do PDI-Plano de Desenvolvimento Institucional em todas as suas dimensões.

5 - Relatório Resultado da Autoavaliação Institucional (Anual)

A autoavaliação, deve ser realizada em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição e ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades educacionais desenvolvidas.

É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Conforme previsto no artigo 120 da Resolução CEE nº 486/22, "os resultados da Autoavaliação Institucional serão consolidados em relatórios anuais, que orientarão o planejamento institucional e serão acompanhados na sistemática de avaliação realizada pelo Sistema".

Além disso, nos processos de credenciamento, a mantenedora deverá apresentar o relatório de Autoavaliação Institucional de todas as mantidas sob sua responsabilidade, com indicativo de medidas adotadas para a melhoria contínua do processo educacional, contendo elementos que demonstram evolução e processo de desenvolvimento institucional, por, no mínimo, um período correspondente ao da renovação.

Os resultados da Autoavaliação Institucional poderão conduzir à necessidade de reformulação do PDI, a ser recomendado nas ações de avaliação pelo Sistema.

Para colaborar com este processo de consolidação dos resultados, a Assessoria de Inspeção Escolar sugere, a seguir, o roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

Observar sugestões de roteiro de elaboração do documento.

6 - Divulgação

Descrever os métodos que serão utilizados para divulgação da autoavaliação.

A divulgação dos resultados é de fundamental importância e constitui-se em uma das mais importantes etapas da autoavaliação, tendo em vista que a partir dela a escola terá mais uma ferramenta de gestão para tomada de decisões. Sendo assim, a divulgação desses resultados ocorrerá tão logo se encerre a etapa de análise dos dados.

A instituição irá promover a divulgação da auto-avaliação através de:

- Disponibilizar de uma cópia do relatório da CPA a diretoria, Biblioteca, na Sala dos Professores e de forma virtual, no site da instituição (*se for o caso*);
- Apresentar, em reunião, o relatório para coordenadores, docentes e líderes de turmas;
- Enviar cópias deste relatório para os setores de interesse;
- Realizar eventos para alunos, funcionários e docentes para divulgação das demandas e metas institucionais;
- Anexar informações sobre os resultados da avaliação institucional, nos principais quadros de avisos da instituição.

A instituição poderá adotar paralelamente outras estratégias de divulgação, como: cartazes; banners; reuniões; encontros pedagógicos; eventos etc.

7 - Análise de Resultados

Os resultados da Autoavaliação Institucional poderão conduzir à necessidade de reformulação do PDI, a ser recomendado nas ações de avaliação pelo Sistema.

No caso de processo de credenciamento, é importante que haja um capítulo dedicado aos Resultados do PDI anterior. Com base na análise realizada sobre o PDI anterior, deve-se descrever sucintamente os resultados alcançados, identificando quais metas foram e quais não foram cumpridas, os motivos para não terem sido cumpridas, os fatores que interferiram nesse resultado, bem como uma reflexão sobre o que seria necessário para tornar a instituição capaz de alcançar efetivamente as metas, buscando evidenciar possíveis falhas e lacunas no processo de implementação do PDI anterior.

Após a finalização de cada avaliação anual, os membros da CPA deverão reunir-se para discutir e avaliar o desenvolvimento do projeto, identificando as fragilidades e potencialidades para assim, iniciar o planejamento de um novo processo.

8 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (SUGESTÃO)

8.1. Introdução

I- Dados da Instituição

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Nome do estabelecimento:	
Código INEP	
Nível de Ensino	
Endereço	
Município	
Entidade Mantenedora	
Endereço	
Município	
Rede	
Período de Referência	

II-Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Nome (indicar com *, o nome do coordenador da CPA)	Segmento que representa (docente, discente, técnico-administrativo, comunidade)

--	--

Período do mandato: _____

Data da ata de designação: _____

8.2- Metodologia

Relatar o processo do trabalho desenvolvido, os instrumentos utilizados para operacionalização do Projeto de autoavaliação institucional e coleta de dados da avaliação, os segmentos da comunidade escolar que foram consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

8.3 - Desenvolvimento

Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada dimensão avaliada, de acordo com o PDI e a identidade das instituições. Podendo ser contemplado fotos para evidenciar as ações e os resultados.

Dimensões avaliadas	Indicadores *	Nível de atendimento				
		1	2	3	4	5
Perfil Institucional	A escola desenvolve gestão pedagógica, financeira e administrativa coerente com a filosofia, missão, visão, objetivos e metas institucionais?					
Dimensões avaliadas	Indicadores *	Nível de atendimento				
		1	2	3	4	5
Projeto Político Pedagógico (PPP)	O projeto pedagógico promove a articulação entre as políticas públicas de educação e as práticas curriculares desenvolvidas na escola, evidenciando ações e resultados alcançados que contribuem para a continuidade das experiências relatadas?					
Plano de Metas/Cronograma de Desenvolvim	Os objetivos estabelecidos pela instituição orientam a implementação de programas, de projetos e de ações e contribuem para a tomada de decisões?					

ento Institucional	<p>O Cronograma de Desenvolvimento Institucional e plano de expansão de turmas/níveis/cursos propostos pela escola foi cumprido?</p> <p>O projeto de Autoavaliação Institucional está possibilitando o desenvolvimento do estabelecimento?</p>					
Plano de Sustentabilidade	O Plano de sustentabilidade financeira da escola considerou os investimentos necessários e o custeio das atividades propostas?					
Dimensões avaliadas	Indicadores *	Nível de atendimento				
		1	2	3	4	5
Planos de curso	O Plano de curso da escola está coerente com o Projeto Político Pedagógico? <i>(Contemplar somente quando a instituição oferta a Educação Profissional)</i>					
Comunicação e Integração	Os meios de comunicação utilizados pela escola conseguem promover a integração dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, dos agentes da comunidade interessados na educação, bem como parcerias com outros órgãos ?					
Política de Recursos Humanos	<p>O processo de recrutamento e seleção dos profissionais da escola, está possibilitando a contratação de profissionais qualificados e com experiência satisfatória?</p> <p>A instituição está possibilitando desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais?</p>					
Gestão institucional e participação	<p>A direção da escola está promovendo uma gestão democrática e participativa?</p> <p>Os vários segmentos escolares acompanham e avaliam, de maneira participativa e sistemática, os planos de ação e as práticas pedagógicas, propondo formas de melhorar e divulgar as realizações da escola, com vistas a dar transparência à gestão?</p>					
Infraestrutura	A infraestrutura física da escola atende as necessidades e especificidades de cada curso, de cada nível, de cada etapa e de cada					

	modalidade, estabelecidas em legislação específica?					
Políticas de Atendimento aos Estudantes	A escola está desenvolvendo programas que promovam a garantia de padrão de qualidade, com foco no acesso, aprendizagem, inclusão, redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série?					
Sustentabilidade financeira	A escola fez investimentos necessários e conseguiu custear as atividades propostas no Plano de Metas e Plano de Sustentabilidade Financeira?					
<p>Legenda do nível de atendimento</p> <p>1- Insuficiente = Não atende minimamente as exigências 2 -Regular = Atende minimamente as exigências 3- Bom = Atende satisfatoriamente as exigências 4-Ótimo = Atende plenamente as exigências 5-Excelente = Enriquece as exigências</p> <p>*No campo de indicadores deverá constar evidências: Descrever, de forma analítica e comentada as ações, práticas e processos que evidenciem o atendimento de cada uma das dimensões.</p>						

8.4 - Análise dos dados e das informações

Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações.

Nesta seção deverá ser registrado o diagnóstico da instituição, ressaltando os avanços e os desafios enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da instituição.

Ações programadas no PDI	Ações Realizadas			Resultados alcançados		Observações
	1	2	3	Avanços	Desafios	

Legenda (Ações realizadas): 1- Não 2-Sim 3-Parcialmente realizadas						

8.5 - Ações com base na análise

As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades escolares e de gestão da instituição.

Ações de melhoria institucional			
Dimensões avaliados	Não se aplica	Pontos de melhoria levantados	Ações propostas
Perfil Institucional			
Projeto Político Pedagógico (PPP)			
Ações de melhoria institucional			
Dimensões avaliados	Não se aplica	Pontos de melhoria levantados	Ações propostas
Plano de Metas/Cronograma de Desenvolvimento Institucional			
Plano de Sustentabilidade			
Planos de curso (<i>a instituição oferta a Educação Profissional</i>)			
Comunicação e Integração			
Política de Recursos Humanos			

Gestão institucional e participação			
Infraestrutura			
Políticas de Atendimento aos Estudantes			
Sustentabilidade financeira			

Local e data: _____

Assinaturas:

Coordenador(a) da CPA: _____

Membros da CPA:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANT'ANA, Tomás Dias. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. 130 p.; in.:Alfenas: FORPDI, 2017.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI Diretrizes para Elaboração-SAPIENS/DESUP/SESU/MEC- Dez/2004. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/diretrizes-mec-para-elaboracao-pdi.pdf>>.

BRASIL. **Sugestão de Roteiro do Relatório de Auto-Avaliação** - MEC/INEP/CONAES/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sug_relatorio.pdf>.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065**, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17007-at-a-conaes-111-022015-anexo-02&Itemid=30192>.